



Reposição das subvenções vitalícias unem PSD e PS

OE2015. José Lello (PS) e Couto dos Santos (PSD) subscrevem proposta que prevê uma contribuição de 15% acima de 2000 euros nas subvenções

PAULA SÁ

No Orçamento do Estado para 2015, PS e PSD aparecem unidos numa única proposta de alteração que determina a suspensão introduzida em 2014 nas subvenções mensais vitalícias atribuídas a ex-titulares de cargos políticos com rendimentos mensais médios superiores a 2000 euros por agregado familiar.

Esta proposta foi subscrita pelo deputado socialista José Lello e pelo social-democrata António Couto dos Santos, ambos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República. E prevê que no próximo ano essas subvenções, bem como as subvenções de sobrevivência, passem a estar sujeitas "a uma contribuição extraordinária de 15% sobre o montante que exceda os 2000 euros".

Fonte da direção da bancada social-democrata admitiu ao DN que a proposta "deverá obter a concordância" das duas bancadas no debate na especialidade do OE 2015, que vai decorrer nas próximas semanas. Justificando que se trata de fazer justiça, já que "houve agregados familiares muito penalizados" com a suspensão das subvenções vitalícias.

Mas o vice-presidente do grupo parlamentar do PS Vieira da Silva preferiu remeter uma apreciação da proposta para o seu debate na

especialidade. O deputado socialista José Lello explicou que o objetivo da proposta, que deu entrada na sexta-feira no Parlamento (último dia para apresentação de propostas de alteração ao OE), é o de equiparar o tratamento dado a estas subvenções a outras sujeitas a contribuições extraordinárias.

A proposta de OE 2015 replica a suspensão decretada no orçamento deste ano. Além disso, prevê-se que os valores das pensões mensais vitalícias atribuídas a ex-titula-

Seguro, chegou a ponderar o pedido de fiscalização ao TC, mas os socialistas acabaram por a deixar de fora do leque das propostas que enviara, para apreciação dos juizes do Palácio Ratton. E também não mereceu a atenção de mais nenhuma outra bancada.

Na altura em que a suspensão foi aprovada, existiam 279 ex-titulares de cargos políticos a auferirem subvenções vitalícias. O valor médio mensal das subvenções pagas era de 2318 euros.

A resposta do PS às "chagas"

Entretanto, António Costa desafiou ontem o governo a viabilizar as propostas do PS para o Orçamento, para responder às "maiores chagas" resultantes da crise, como o desemprego, a pobreza infantil e juvenil e a habitação.

As propostas apontam, designadamente, para o prolongamento por mais seis meses do subsídio social de desemprego, para a redução da taxa do IVA para a restauração, para o aumento do abono de família, para uma majoração especial de 15% neste abono para as famílias monoparentais e para o restabelecimento do passe escolar. A introdução de uma cláusula de salvaguarda no IMI para que este imposto não possa aumentar mais de 75 euros por ano, e a suspensão das penhoras das casas das famílias em execuções fiscais. **com Lusa**

António Costa desafia governo a viabilizar propostas do PS para o Orçamento

res de cargos políticos e das respetivas subvenções de sobrevivência ficasse dependente da condição de recursos, apenas com uma exceção para os antigos presidentes da República.

Na proposta de Couto dos Santos e José Lello, caso venha a ser aprovada, desaparece esta exceção, ou seja, a subvenção vitalícia dos ex-PR ficará sujeita ao mesmo corte de 15% acima dos 2000 euros.

A norma orçamental que suspendia as subvenções mensais vitalícias não foi sujeita à apreciação do Tribunal Constitucional. O PS, ainda sob a direção de António José



Couto dos Santos subscreve proposta para repor subvenções vitalícias com o socialista José Lello